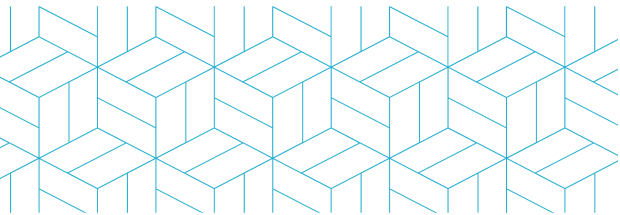


RBR Infra Crédito Pré FIP



RBR FIP PRÉ

Novembro 2025 | Relatório Mensal

Resultado

R\$ 1,10 / cota
Rendimento do Mês

R\$ 100,93
Cota Patrimonial

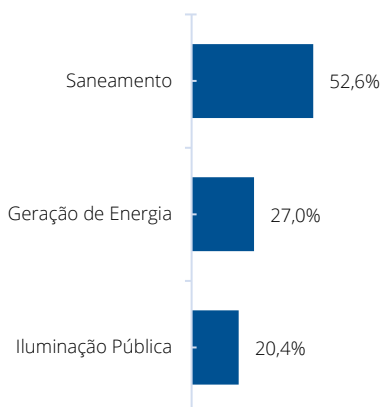
Alocação¹

16,60% a.a.
Carrego do Portfólio²

5
Operações investidas

3,2 anos
Duration Média do
Portfólio

Alocação por Setor



Aquisições no mês: QLPA, CICC, CRI Órigo, AEGE16, GATU11 e investimentos no book tático.

Vendas no mês: Sem movimentações.

Outras Informações

Cadastre-se em nosso
Mailing

[Clique Aqui](#)

Fale com
o RI

contato@rbrasset.com.br

Conheça nossas estratégias de Investimento

R\$ 11 bilhões Sob Gestão no Brasil e nos EUA,
com foco no mercado Imobiliário e em Infraestrutura

Desenvolvimento
Imobiliário



[Brasil](#)



[Estados Unidos](#)

Tijolo - Renda

[RBRP11](#)
FII RBR Properties

[RBRL11](#)
FII RBR Log

Crédito

[RBRR11](#)
FII RBR
Rendimentos
High Grade

[RBRY11](#)
FII RBR Crédito
Imobiliário
Estruturado

[RPRI11](#)
FII RBR Premium
Recebíveis Imobiliários

[RBRJ11](#)
Fundo de
Renda Fixa em
Infraestrutura

Ativos Líquidos
Imobiliários

[RBRX11](#)
FII RBR Plus

[Investindo de Um Jeito Melhor](#)

Conheça nossa abordagem ESG

¹ Refere-se à alocação do portfólio em debêntures do book core e yield, desconsiderando o caixa e outros ativos. ² Taxa calculada com base nas taxas de aquisição e estrutura de derivativos atrelada às operações.

 Nota do Gestor

Em novembro, ocorreu a liquidação parcial da 1ª oferta de cotas do FIP RBR PRÉ ("Fundo"), atingindo aproximadamente R\$ 350 milhões captados até o momento. O Fundo tem 5 (cinco) anos de duração e investirá os recursos captados ao longo dos primeiros 3 (três) anos e, após tal período, os recursos recebidos pelo fundo no âmbito das operações passarão a ser devolvidos aos cotistas em conjunto com os rendimentos mensais até a total liquidação do fundo. Mensalmente, os cotistas fazem jus à distribuição dos rendimentos auferidos pelo fundo. O fundo adotará estratégias de proteção visando entregar aos cotistas uma taxa pré-fixada compatível com a prevista nos materiais do Fundo.

Tese. A tese de investimentos do Fundo é focada na aquisição de emissões de títulos de dívida de Infraestrutura no mercado primário, preponderantemente em ativos com risco projeto, combinando posições para carregos e potencial ganho de capital. A carteira do fundo é dividida em três books distintos: core, tático e yield. O foco do fundo está em investir em operações do book **yield** formado por emissões não incentivadas no mercado de infraestrutura, com foco em operações de duration mais curta, tais como bridge-loan e mini-perm, atuando como solução de capital transitória para projetos no setor. Complementarmente, o fundo investirá em operações do book **core**, que tem como foco em operações incentivadas, de longo prazo e em estrutura de project finance. Os dois books são compostos por emissões exclusivas com originação e estruturação proprietária ou emissões coordenadas por terceiros com participação ativa da RBR na estruturação, nas quais o fundo detém controle ou influência relevante em assembleias. Por fim, o fundo também investe no book **tático**, que se concentra em operações de alta liquidez, rating público e ampla distribuição no mercado, buscando ganhos de capital de curto e médio prazo, com viés mais oportunístico, com ênfase em movimentos de reprecificação de risco e upgrades de rating.

Carteira. Encerramos o primeiro mês completo do fundo em novembro com aproximadamente 45,0% do Patrimônio Líquido do Fundo já alocado, com investimento de R\$ 158,2 milhões em 5 (cinco) ativos, expostas a 3 (três) setores distintos. A taxa média de aquisição é de 16,60% e duration média de 3,2 anos.

Novos Investimentos. O fundo realizou investimentos em 5 (cinco) operações no seu primeiro mês de atuação, com aquisição de 2 (duas) debêntures no setor de iluminação pública, com objetivo de financiar as concessões nas cidades de Joinville (taxa ponderada de CDI + 5,92%a.a.) e Campinas (taxa ponderadas de IPCA + 14,74%a.a.). Além disso, realizamos investimentos nos setores de geração de energia (CRI Órigo, garantido por 7 usinas fotovoltaicas já construídas, com remuneração de IPCA + 11,14% a.a. e debenture GATU11, que reúne UFVs subordinadas controladas pela SPIC Brasil Energia Participações S.A. (70%) em parceria com o Canadian Solar Brasil FIP (30%), com remuneração de CDI + 1% e prazo de inferior a 1 ano), e de saneamento (Equipav Saneamento, debenture garantida por ações da AEGEA, com remuneração de CDI + 2,94% a.a.). Adicionalmente, foram realizadas alocações táticas de renda fixa para rentabilizar de forma eficiente o caixa até alocação em operações yield e core.

Rendimentos. Anunciamos a distribuição de rendimento de R\$ 1,10 por cota referente a novembro de 2025 para os investidores. Tais rendimentos são isentos de IR para os cotistas pessoas físicas.

RBR FIP PRÉ

Novembro 2025 | Relatório Mensal

Resumo da Alocação do Fundo

Abaixo apresentamos a alocação do fundo considerando o patrimônio líquido ao final do mês de novembro de 2025. Nosso time está trabalhando na diligência e estruturação de novas emissões em diferentes fases de maturidade que serão investidas pelo Fundo.

Ticker	Emissor	Setor	Volume (R\$ milhões)	% PL	Duration (anos)	Index.	Taxa MtM	Taxa Aquisição	Taxa Equiv. (CDI)	NTN-B Referência	Spread NTN-B MtM	Spread NTN-B Aquisição	Rating
BookCore			11,0	3,1%	4,9				4,71%				
23H1317741	Órigo	Ger. de Energia	5,6	1,6%	4,6	IPCA+	11,00%	11,27%	3,15%	2030	309 bps	-	n/a
CICC22	Conecta Campinas	Ilum. Pública	5,3	1,5%	5,2	IPCA+	14,37%	14,74%	6,36%	2030	622 bps	-	n/a
BookTático			45,8	13,0%	1,2				0,58%				
Posição tática	-	-	45,8	13,0%	1,2	CDI+	3,19%	3,15%	0,58%	-	-	-	n/a
BookYield			101,5	28,9%	3,0				3,06%				
AEGE16	Equipav Saneamento	Saneamento	59,1	16,8%	3,9	CDI+	2,92%	2,95%	2,92%	-	-	-	AA
GATU11	Marangatu	Empreend. e Part.	24,7	7,0%	0,8	CDI+	1,00%	1,00%	1,00%	-	-	-	n/a
QLPA	QLUZ Participações	Ilum. Pública	17,6	5,0%	3,1	CDI+	6,40%	6,47%	6,40%	-	-	-	n/a
Debêntures			158,2	45,0%	3,2	CDI¹			3,22%				
Liquidez	Fundo de Zeragem ²	-	179,5	51,0%	-	CDI+	-	-	-	-	-	-	n/a
Outros	Diferimentos, Provisões e Margem SWAP	-	13,2	4,0%	-	CDI+	-	-	-	-	-	-	n/a
Total			350,87	100%									

¹A equivalência CDI+ das emissões indexadas ao IPCA são calculadas com base no DAP (contrato futuro de juros reais) de *duration* similar. ²O caixa do Fundo é composto pela alocação em fundos de zeragem, os ativos de renda fixa (Tesouro SELIC) alocados em margem do DAP para os contratos de swap e, adicionalmente, o ativo contábil decorrente do diferimento de determinados custos da oferta, que são amortizados diariamente.

Estratégia de Investimento Core

CICC12/22 - Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A.

A Concessionária de Iluminação Pública Conecta Campinas S.A. ("Conecta Campinas") é uma SPE que detém o contrato de concessão administrativa para desenvolvimento, modernização, expansão, eficiência energética, operação e manutenção da rede municipal de iluminação pública de Campinas, no estado de São Paulo, por um prazo de 13 anos (Mar'23 – Fev'36). No âmbito do contrato de concessão, a empresa é responsável pela (i) instalação de lâmpadas de LED em 124.484 pontos de iluminação; (ii) implantação de um sistema de telegestão para o parque de iluminação; e (iii) 421 projetos especiais de iluminação de destaque.



A concessionária é remunerada via contraprestação mensal advinda dos recursos arrecadados pelo Município de Campinas com a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública ("COSIP"). A COSIP é cobrada pela distribuidora local (CPFL) na conta de luz dos consumidores do município e repassada para uma conta vinculada ao contrato de concessão. A contraprestação máxima é de BRL ~22 mln/ano (data-base Jun'23) e é reajustada a cada 12 meses pelo IPCA. 79% do valor da contraprestação é fixo, sujeito a um *ramp-up* conforme marcos contratuais de avanço na modernização do parque de iluminação pública. Os outros 21% são variáveis conforme apuração de um índice de desempenho operacional.

O racional de crédito da operação é híbrido combinando uma estrutura de *project finance* com garantias dos acionistas, e é baseado no risco de conclusão da modernização do parque de iluminação pública e arrecadação da COSIP. A dívida é sênior e possui um pacote de garantias em primeiro grau que inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da COSIP, Direitos emergentes do Contrato de Concessão, Apólices de Seguro e Contratos do Projeto. Além disso, a emissão conta com fiança corporativa solidária dos acionistas. A debênture possui prazo de doze meses com amortização e pagamento de juros *bullet*, ou seja, no vencimento. A debênture CICC12/CICC22 possui prazo de 10.5 anos, e taxa de aquisição de IPCA + 12.04% / IPCA + 14.74%, respectivamente.

Monitoramento

A concessionária concluiu o 1º marco da concessão no dia 30 de abril de 2025, conforme limite estabelecido no contrato de concessão, com a modernização de 40.450 pontos de iluminação pública, 1000 faixas de pedestre, 36 parques e bosques, 12 monumentos e 4 patrimônios que contemplam a iluminação de destaque. A concessionária está em processo de cumprimento dos trâmites formais junto à prefeitura para obtenção do termo de aceite e o reconhecimento oficial da conclusão do marco pelo poder concedente. Após o aceite do Verificador Independente do contrato de concessão (Arcadis) a receita operacional bruta do projeto será majorada mais 33% da contraprestação máxima contratual. Em 31 de Outubro de 2025, a companhia concluiu o 2º marco da concessão, que engloba a meta de eficiência energética de 58%, modernização de mais 40.450 pontos, implantação de iluminação de destaque, 1.000 pontos de faixa pedestre, 4 bosques, 5 parques, 29 praças e 13 monumentos.

23H1317741 – CRI Órigo

As Cedentes da Operação são 13 SPEs subsidiárias da Órigo Energia que possuem os direitos associados a construção e operação de 7 UFVs. As UFVs possuirão juntas 23,8 MWp de capacidade instalada e Fator de Capacidade Médio de 22,3% (P90) e 23,3% (P50). A conexão será realizada na rede de distribuição da CEMIG (4 usinas em MG) e da Energisa MS (3 usinas no MS).



As UFVs foram locadas para a Cooperativa Órigo de Geração Distribuída por meio de contratos de locação com prazo de 20 anos. O valor do aluguel fixo é atualizado anualmente pelo IPCA. A Cooperativa realiza a locação de suas quotas para consumidores finais residenciais (PF) e MPEs (PJ) por meio de planos de 12 meses que objetivam a atribuição de créditos de energia e descontos na conta de energia dos cooperados. A Órigo Energia é a gestora da Cooperativa, sendo uma das líderes do mercado de geração compartilhada para clientes varejo no Brasil. A estrutura acionária da Órigo inclui fundos de investimento de gestoras locais e internacionais: I Squared Capital (49,37%), Augment (23,06%), TPG (12,04%), Blue Like an Orange (5,65%), Mitsui (3,68%), MOV (3,65%) e Outros (2,55%).

O racional de crédito da operação em estrutura de *project finance* é baseado no risco de construção e operação das UFVs e na locação das cotas da Cooperativa Órigo para o consumidor final. A dívida é sênior e possui um pacote de garantias reais e fidejussórias em primeiro grau, incluindo a alienação fiduciária das quotas das SPEs, máquinas e equipamentos e dos direitos de superfície, a cessão fiduciária dos direitos creditórios dos projetos e apólices de seguro. A estrutura conta ainda com uma fiança corporativa da EBES Sistemas de Energia S.A. (holding do grupo Órigo Energia). Os *covenants* da operação incluem o inadimplemento dos contratos de locação das UFVs, restrições no pagamento de dividendos caso o ICSD seja menor que 1,30x e obrigações e declarações gerais aplicáveis fiadora e à cooperativa.

Monitoramento

Todas as sete usinas fotovoltaicas estão conectadas e em operação comercial. O COD da última UFV a ser concluída ocorreu em dezembro de 2024. Apesar do atraso de aproximadamente 12 meses para comissionamento das usinas devido a

 Estratégia de Investimento Core

23H1317741 – CRI Órigo

complicações nas obras de conexão dos projetos o pagamento da dívida foi realizado com recursos provisionados em uma conta pagamento de juros constituída para essa finalidade.

Com a conclusão das obras e energização das usinas acompanhamos agora as demais condições necessárias para a conclusão financeira dos projetos. Restam pendentes o faturamento mínimo mensal por 3 meses consecutivos e um relatório de conclusão atestando o cumprimentos das condições. A data limite para conclusão do completion é 31 de julho de 2025.

Estratégia de Investimento Yield

QLPA11/21 – QLuz Participações S.A.



A Qluz Joinville Concessionária de Iluminação Pública SPE S.A. é uma SPE controlada pela Qluz Participações S.A. que detém o contrato de concessão administrativa para a implantação, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Joinville, no estado de Santa Catarina por um prazo de 22 anos. No âmbito do contrato de concessão, a empresa é responsável pela (i). instalação de lâmpadas de LED em 58.310 pontos de iluminação pública, (ii). implantação de um sistema de telegestão para a iluminação pública; e (iii). elaboração de 135 projetos de iluminação especial.

A concessionária é remunerada via contraprestação mensal advinda dos recursos arrecadados pelo Município de Joinville com a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública ("COSIP"). A COSIP é cobrada pela distribuidora local (Celesc) na conta de luz dos consumidores do município e repassada para uma conta vinculada ao contrato de concessão. A contraprestação máxima é de BRL ~18,1 mln/ano (data-base Fev/25) e é reajustada a cada 12 meses pelo IPCA. 80% do valor da contraprestação é fixo, sujeito a um ramp-up conforme marcos contratuais de avanço na modernização do parque de iluminação pública. Os outros 20% são variáveis conforme apuração de um índice de desempenho operacional.

A Qluz é subsidiária integral do grupo Quantum. O grupo foi fundado em 1990 no estado de Santa Catarina e possui uma atuação focada na prestação de serviços de engenharia para os setores elétrico e de iluminação pública. A Quantum é responsável pela gestão de ~379 mil pontos de Iluminação Pública em 18 municípios.

O racional de crédito da operação em estrutura project finance non-recourse é baseado no risco de conclusão da modernização do parque de iluminação pública e arrecadação da COSIP. A dívida é sênior e possui um pacote de garantias em primeiro grau que inclui a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da COSIP, Direitos emergentes do Contrato de Concessão, Apólices de Seguro e Contratos do Projeto. A debênture foi emitida em duas séries distintas. A primeira série (QLPA11) foi estruturada como uma dívida mezanino com prazo de 8 anos, pagamento de juros semestrais, carência de 3 anos e amortização customizada. Essa dívida será amortizada com o pagamento dos dividendos futuros da concessão de Joinville. Já a segunda série (QLPA21) apresenta prazo de 18 meses, com amortização e pagamento de juros bullet, ou seja, no vencimento. A operação foi estruturada como um empréstimo-ponte que deverá ser amortizado por meio de nova dívida de longo prazo integralmente amortizável.

AEGE16 – Equipav Saneamento S.A.



A Equipav é uma plataforma de investimento com atuação em projetos de infraestrutura no Brasil há mais de 60 anos, com foco em saneamento e rodovias. A empresa é controlada pelas famílias Vettorazzo e Toledo, cada uma com participação de 50%. A emissora é uma holding não operacional da Equipav que investe no setor de saneamento através de sua controlada Aegea Saneamento na qual detém 53% de participação, e a maior empresa de saneamento privado brasileiro, servindo mais de 39 milhões de clientes em 15 estados e com mais de 56% do market share do setor privado de saneamento, atuando na operação e gestão de sistemas de saneamento e esgoto. O portfólio da Aegea se deu, principalmente, por meio de aquisições que engloba concessões e PPPs em +500 cidades com prazo médio de contratos de 31 anos.

Em abr/25 a Aegea venceu o leilão de três novos blocos de saneamento no estado do Pará, com Capex total estimado de R\$ 15,2 bi para a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033 e contam com pagamentos de R\$ 1,4 bi em outorga fixa.

Além disso, os crescentes investimentos na recuperação de ativos têm beneficiado as margens da companhia: a Corsan, que respondeu por cerca de 36% do EBITDA consolidado no primeiro trimestre de 2025, já reportou margem superior a 60% no período, patamar também atingido pela Águas de Teresina, onde as perdas de água foram reduzidas de 53% em 2017 para 30% no 1T25, enquanto a cobertura de esgoto aumentou de 19% para 62% no mesmo período.

Em ago/25 a Aegea expandiu suas operações para o negócio de tratamento de resíduos sólidos por meio da compra da Ciclus Ambiental da Simpar, trata-se do maior centro de tratamento de resíduos do Brasil e um dos 5 maiores da América Latina, recebendo mais de 400 caminhões com 10 mil ton de lixo todos os dias. O aterro também possui uma planta de processamento dos resíduos em biometano que produz mais de 60% de todo gás biometano do país e conta com 3,7 bi de m² de área e grande parte dela ainda não está sendo utilizada. A venda saiu a um equity value de R\$ 1,1 bi e um enterprise value de R\$ 1,9 bi, onde 80% será pago à vista e o restante em duas parcelas, sendo a primeira em fev/26 e a segunda em fev/27, corrigidas pelo CDI.

A S&P atribuiu o rating brA+ para a 6ª emissão de debêntures da Equipav Saneamento, refletindo a previsibilidade dos fluxos de caixa oriundos das operações da Aegea.

Estratégia de Investimento Yield

GATU11 – Marangatu Holding S.A.

Marangatu Holding S.A. é uma subholding não operacional subsidiária da SPIC Brasil Energia Participações S.A. (70%) e da Canadian Solar Brasil FIP (30%). Marangatu possui controle integral de 12 SPEs que juntas formam o complexo de geração solar fotovoltaica Marangatu. As SPEs detêm autorizações para construir e operar 12 UFVs no município de Brasileira/PI, a cerca de 180 km de Teresina, pelo prazo de 35 anos, vigência até Maio/2056.



O Projeto encontra-se em 100% operacional com COD em Abril/2024 e possui uma capacidade instalada total de 446 MWp. O Projeto possui 74% da garantia física de 114,4 MWm contratada, de maneira uniforme, para as doze SPEs através das PPAs com Furnas (Aabra Fitch) – 76 MWm por 15 anos - e CEMIG (AAA bra Fitch) – 9 MWm por 18 anos. A performance do projeto em termos de geração de energia não foi avaliada;

A operação conta com um robusto pacote de garantias, que incluem alienação fiduciária de ações da emissora e das SPEs, de equipamentos e cessão fiduciária de recebíveis e das contas vinculadas. Além disso, a operação conta com fiança corporativa proporcional.

RBR FIP PRÉ

Novembro 2025 | Relatório Mensal

i Características Gerais do Fundo

Razão Social

RBR Infra Crédito Pré Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Responsabilidade Limitada

Código Cetip

6388025UN1

CNPJ

63.084.459/0001-30

Objetivo

Proporcionar rendimentos aos cotistas por meio de investimentos em títulos privados de dívida nos setores relacionadas a Infraestrutura preponderantemente na aquisição de Debêntures Incentivadas de Infraestrutura

Segmento

Infraestrutura

Gestor

RBR Infra Gestora de Recursos Ltda.

Administrador

BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Público-alvo

Investidores qualificados

Início do Fundo

07/10/2025

Prazo de Duração:

5 anos

Ambiente de Negociação das Cotas

Mercado de Balcão (MDA B3 CETIP)

Data-base (Rendimentos)

Último dia útil do mês anterior à distribuição

Pagamento de Rendimentos

Até o 8º útil dia do mês

As informações contidas nesta apresentação não podem ser consideradas como única fonte de informações no processo decisório do investidor, que, antes de tomar qualquer decisão, deverá realizar uma avaliação minuciosa do produto e respectivos riscos, face aos seus objetivos pessoais e ao seu perfil de risco ("Suitability"). Assim, não é possível prever o desempenho futuro de um investimento a partir da variação de seu valor de mercado no passado. É recomendada a leitura cuidadosa do Formulário de Informações Complementares e regulamento do fundo de investimento pelo investidor ao aplicar seus recursos.

Este boletim tem caráter meramente informativo, destina-se aos cotistas do Fundo, e não deve ser entendido como análise de valor mobiliário, material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro ou investimento. Recomendamos consultar profissionais especializados e independentes para eventuais necessidades e questões relativas a aspectos jurídicos, tributários e de sucessão. As informações veiculadas, os valores e as taxas são referências as datas e as condições indicadas no material, e não serão atualizadas. Verifique a tributação aplicável. As referências aos produtos e serviços são meramente indicativas e não consideram os objetivos de investimento, a situação financeira, ou as necessidades individuais e particulares dos destinatários. O objetivo de investimento não constitui garantia ou promessa de rentabilidade. Os dados acima consistem em uma estimativa e não asseguram ou sugerem a existência de garantia de resultados ou informações nele contidas. Adicionalmente, não se responsabilizam por decisões dos investidores acerca do tema contido neste material nem por ato ou fato de profissionais e especialistas por ele consultados. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Fundos de Investimento não são garantidos pelo administrador do fundo, gestor da carteira, por qualquer mecanismo de seguro, ou ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa tanto do prospecto quanto do regulamento do Fundo, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e a política de investimento do Fundo, bem como as disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que este está exposto. Os riscos eventualmente mencionados neste material não refletem todos os riscos, cenários e possibilidades associados ao ativo. O investimento em determinados ativos financeiros pode sujeitar o investidor a significativas perdas patrimoniais. Ao investidor cabe a responsabilidade de se informar sobre todos os riscos, previamente a tomada de decisão sobre investimentos. Ao investidor caberá a decisão final, sob sua única e exclusiva responsabilidade, acerca dos investimentos e ativos mencionados neste material. Para obter informações sobre objetivo, público-alvo e riscos, consulte o regulamento do Fundo. São vedadas a cópia, a distribuição ou a reprodução total ou parcial deste material, sem a prévia e expressa concordância do administrador e do gestor do Fundo.

RBR Asset Management
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.400 Cj. 122
São Paulo, SP - CEP: 04543-000
Tel: +55 11 4083-9144 | contato@rbrasset.com.br
www.rbrasset.com.br

 Glossário

Covenants: cláusulas restritivas presentes em contratos de dívida que tem como objetivo a proteção dos credores.

Debêntures: As debêntures são títulos representativos de dívida emitidos por empresas com o objetivo de captar recursos para diversas finalidades, como, por exemplo, o financiamento de seus projetos. Os investidores, ao adquirirem esses papéis, têm um direito de crédito sobre a companhia e recebem remuneração a partir dos juros.

Debêntures Incentivadas de Infraestrutura: Debêntures emitidas com base no artigo 2º da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011

Duration: A *Duration* de um ativo é a média ponderada do prazo que um investidor leva para recuperar um investimento realizado, geralmente medido em meses ou anos.

EBITDA: *Earnings Before Interest Tax Depreciation and Amortization* (EBITDA) é uma métrica que representa o lucro operacional de uma empresa.

EPCI: Engineering, Procurement, Construction and Installation (EPCI) é um tipo de contrato que compreende em um só instrumento o projeto, a construção, a compra de equipamentos e a montagem para determinada obra.

Ganho de Capital: Diferença positiva entre o valor de venda de um bem e seu valor de compra.

ICSD: o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) é um indicador financeiro que mensura a capacidade do devedor em amortizar a dívida e pagar juros em um dado período

MtM: Marcação a Mercado (*Market to market*).

Non-recourse: tipo de financiamento no qual o pagamento da dívida é limitado aos fluxos e às garantias específicos do projeto.

NTN-B: título público brasileiro pós-fixado indexado ao IPCA.

Project finance: modalidade de estruturação financeira onde o serviço da dívida é suportado pelo fluxo de caixa gerado pelo projeto e tem como garantia seus ativos e recebíveis.

Ramp-up: termo que representa que a performance comercial do projeto está em fase de crescimento.

Serviço da dívida: parcela de pagamento da dívida composta por juros e principal.

SPE: Sociedade de Propósito Específico (SPE) é um modelo de organização empresarial pela qual se constitui uma empresa que tem um objetivo específico pré-determinado.

Spread: Diferença da taxa cobrada de uma operação e a taxa de referência (ex. NTN-B) de mesma *duration*.

Swap: derivativo financeiro para a troca de ativos com fluxos financeiros por período determinado, sendo um com o valor fixo e outro atrelado a uma variável, como uma taxa de câmbio ou um índice de preços.

UFV: Usina de Energia Solar Fotovoltaica

Yield: retorno obtido em um investimento após determinado período.